

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

TRANSFORMAÇÕES DA ECONOMIA DE PLANTATION NA REVOLUÇÃO HAITIANA: SAINT-DOMINGUE, 1790-1803

Isabela Rodrigues de Souza

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História Social (PPGHS – USP)

Bolsista FAPESP

isabela.rodrigues.souza@usp.br

Introdução

Méderic Louis Moreau de Saint-Méry, advogado e escritor martinicano, redigia em 1789 o que viria a ser uma de suas obras mais notáveis, a *Description topographique, physique, civile, politique et historique de la partie française de l'isle Saint-Domingue*, um relato detalhado sobre a situação da colônia francesa de Saint -Domingue no auge de sua riqueza. Publicada apenas em 1797, quando estava refugiado nos Estados Unidos, o livro adquiriu um novo significado: deixava de ser somente uma exposição da sociedade colonial, das paróquias, fazendas e de sua produção, e se tornava a base para a própria reconstrução econômica da ilha, um guia para o retorno da prosperidade observada oito anos antes. Entre meados de 1789 e 1797, o mundo conhecido por este letrado estava longe de ser o mesmo. O início da Revolução Francesa, acompanhado pelos novos rumos da Assembleia Nacional Constituinte e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, provocou reverberações imediatas nas colônias francesas, em especial na mais importante delas, Saint-Domingue. Colonos tencionavam por representação no parlamento, enquanto afrodescendentes livres lutavam pela igualdade de direitos que lhes foi limitada nas décadas anteriores. Rapidamente os escravizados, interpretando a seu modo os conflitos nos dois lados do Atlântico, começaram sua própria luta em 1791, que transformaria para sempre a história do colonialismo europeu (JAMES, 2015; SAINT-MÉRY, 1875).

De colônia escravista mais rica do mundo ocidental, Saint-Domingue, no momento de publicação da obra de Moreau de Saint-Méry, havia perdido os pilares de sua fortuna: o sistema de *plantation* e a instituição da escravidão. O quadro apresentado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pelo martinicano em 1789 foi substituído por outro inédito ao longo do período revolucionário. Nosso objetivo neste texto é analisar brevemente a transformação do sistema de *plantation* em Saint-Domingue durante os anos da Revolução Haitiana, 1790-1803, tendo por unidade de observação privilegiada a produção de café. Tencionamos dar continuidade às proposições do antropólogo haitiano Michel-Rolph Trouillot em seu artigo *Motion in the System* (1982). Ao passo que o autor estuda o *boom* do café em Saint-Domingue nas duas décadas anteriores à Revolução Haitiana para entender as transformações sociais e econômicas que propiciaram o estouro do movimento revolucionário em 1790, nossa intenção é compreender de que maneira a antiga colônia mais rica das Américas se tornou um país camponês após sua independência no século XIX.

Para além das contribuições empíricas do artigo, as bases metodológicas lançadas por Trouillot são igualmente de grande importância. Trouillot abre um verdadeiro programa de investigação ao elaborar uma versão dinâmica da perspectiva de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein que contempla o movimento dialético do todo à parte e da parte ao todo. É uma metodologia de estudo da periferia como foco de mudanças, que constantemente reage e afeta as pressões externas; pressões que, portanto, vêm do centro, mas que são transformadas pelas condições locais da periferia. O método aplicado pelo autor para analisar o surgimento e desenvolvimento da economia cafeeira em Saint-Domingue começa pelo nível mais abrangente do sistema para, em seguida, descer ao nível mais particular da unidade de produção e, por fim, regressar ao âmbito sistêmico; ou seja, movimenta-se entre as diversas escalas que compõe essa totalidade histórica. Nesse sentido, é um mecanismo que consegue adentrar na esfera pormenorizada dos indivíduos na periferia para observar de que maneira, em determinados lugares e épocas, eles interagem e modificam o sistema de que fazem parte por suas práticas cotidianas.

Trouillot no artigo demonstra como a produção de café foi introduzida na colônia tendo em conta as pressões do centro do sistema-mundo, mas, ao se estabelecer em Saint-Domingue, tornou-se não apenas uma mercadoria de exportação como era o açúcar, como também foi a origem de mudanças sociais e econômicas centrais para o acirramento de

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contradições e instabilidade na colônia.¹ Tais vulnerabilidades explicam, para o antropólogo, a própria ocorrência da Revolução Haitiana e, conseqüentemente, as profundas transformações do sistema-mundo. Destarte, ele constrói uma descrição histórica focada nas contradições da periferia sem abandonar as estruturas mais amplas do sistema-mundo de Wallerstein.

Ao passo que Trouillot mira o café para compreender movimentos históricos mais amplos, estendemos este olhar para os anos revolucionários. A partir da análise da produção cafeeira durante a Revolução Haitiana, é possível abordar as relações entre o evento em Saint-Domingue e mundo atlântico ao seu redor, além de integrar as várias esferas da realidade, o econômico, o social e o político. Essa visão traz, inclusive, um olhar renovado sobre o próprio processo revolucionário: pelo café apreendemos as dinâmicas descontínuas e irregulares do evento, que ocorreu em intensidades distintas em diferentes locais da colônia; as visões dos líderes da revolução e os anseios da massa de revolucionários; a relação dos trabalhadores com a produção de commodities; as transformações internas de modos de produção e externas de redes de troca e consumo, e que no mais está também no cerne das transformações da economia-mundo nesse período. Desse modo, o exame dos parques produtivos cafeeiros contempla os amplos aspectos da produção, troca e consumo em nível mais estrutural, as dimensões do processo revolucionário e, mais em específico, a esfera ideológica dos grupos envolvidos no conflito.

Mesmo não sendo possível trabalhar todos esses elementos no presente artigo, procuramos aqui fazer uma breve análise do café em Saint-Domingue, remontando desde seu estabelecimento na colônia dentro dos quadros da escravidão até o fim da revolução.

O estabelecimento do café em Saint-Domingue

Os grãos de café foram climatizados lentamente em Saint-Domingue a partir da década de 1720, mas foi somente com o final da Guerra dos Sete Anos que seu cultivo alcançou novos patamares na região. A perda de várias possessões para a Inglaterra, em decorrência desse evento, aumentou a importância da colônia dentro do império francês, o que a tornou o local ideal para investimento e emigração da população metropolitana.

¹ A economia cafeeira possibilitou a participação e até mesmo enriquecimento de pessoas de rendas diminutas, brancas e negros livres.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Fatores internos também ajudam a compreender esta expansão: a geomorfologia e o clima eram ideais para o cultivo dos arbustos. Em conjunto com as planícies férteis, a colônia possuía um terreno predominantemente montanhoso e irregular, onde o clima era mais temperado e chuvoso, áreas que eram inadequadas para o crescimento dos canaviais. Por este motivo, as terras das montanhas eram vendidas por valores consideravelmente menores, já que renunciadas pelo rico setor açucareiro. Sendo assim, a plantação de café encontrou participação alargada entre os estratos sociais mais baixos da sociedade colonial, em decorrência do investimento inicial inferior com terras, escravos e tecnologia se comparado com os engenhos de açúcar. Por isso, homens brancos inseridos na economia do açúcar (gerentes das fazendas, procuradores, artesãos etc.), ou recém-chegados de outros locais do império francês, sem rendas suficientes para se tornarem um *planter* açucareiro, foram os primeiros participantes da economia cafeeira. Começaram comprando os terrenos montanhosos mais baratos ao redor das planícies, montando ali fazendas modestas que lhes permitiam se transformar em senhores de escravos. *Gens de couleur libres* (afrodescendentes livres e libertos), que formavam um setor amplo na sociedade de Saint-Domingue, também se envolveram no cultivo dos grãos, embora formassem propriedades de menor escala vistas em contraste ao primeiro grupo. Com efeito, as unidades de produção cafeeiras na colônia francesa adquiriram traços os mais diversos: algumas com mais de 200 escravos, e outras que não chegavam a uma dezena (GEGGUS, 1993; MANUEL, 2005; MARQUESE, pp. 24-26; TROUILLOT, 1982, pp. 342-343)

Mapa 1. Zonas de produção dos artigos tropicais: Saint Domingue,



ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A produção de café conseguiu desde cedo se aproveitar da estrutura desenvolvida para e pela indústria do açúcar. As principais zonas produtivas da ilha estavam associadas aos portos coloniais mais dinâmicos, Cap-Français e Port-au-Prince (capital). Independente do local e do tamanho das fazendas, a natureza mais aberta e versátil da economia cafeeira fez multiplicar a quantidade de *habitations* e, por conseguinte, a demanda por mão-de-obra escrava. Não é por acaso que, nos últimos quarenta anos do século XVIII, registraram-se as maiores entradas de africanos na colônia francesa. Já principal produtora de açúcar do mundo, Saint-Domingue logo se tornou a maior produtora de café (BERBEL, MARQUESE, PARRON, 2010; GARRIGUS, 2006; GEGGUS, 1993., pp. 78-79; MARQUESE, trabalho em progresso; TROUILLOT, 1982)

Em menos de quatro décadas, a produção cafeeira da ilha multiplicou mais de dez vezes, provocando um aumento na oferta mundial do artigo em duas vezes e meia (MARQUESE, 2015, p. 112). Se, até 1760, o grande impulsionador da abertura de fazendas foi o lucrativo comércio dos grãos – por conta do crescimento da demanda do produto nos centros urbanos europeus –, a forte indução da oferta nesse continente promoveu, paulatinamente, a queda dos preços do produto nas praças comerciais. O aparecimento do café colonial – de qualidade inferior aos grãos tradicionais Mocha e Java, mas ofertado em quantidade superior –, permitiu a gradual ampliação da camada de consumidores e, conseqüentemente, da demanda pelo produto. Ainda assim, como Saint-Domingue era responsável por quase 60% da exportação de café do globo, o mercado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

consumidor francês, apesar de considerável, era incapaz de absorver toda a oferta colonial. Dessa forma, o comércio de reexportação, já praticado com o açúcar, foi vital nos portos de Bordeaux e Nantes. O consumo da bebida cafeinada na Europa seguiu a tradição otomana de ingestão nas cafeterias urbanas. Não é sem razão que o principal polo consumidor era também a economia mais urbanizada, a República Holandesa, a qual dependia da oferta barata das colônias americanas para abastecer sua demanda crescente pelo artigo (BLACKBURN, 1998; BIANCHINI, 2021; CLARENCE-SMITH, TOPIK, 2003; TROUILLOT, 1982)

O surpreendente desenvolvimento econômico de Saint Domingue foi acompanhado do crescimento populacional interno. Quatro são os grupos principais da sociedade *domingoise*: os *grands blancs* (brancos grandes senhores de terra), os *petits blancs* (brancos de rendas modestas), os *gens de couleur libres* (afrodescendentes livres e libertos), e os escravos. Os últimos equivaliam a aproximadamente 88% de toda a população em 1789, chegando a somar 465.000 indivíduos; destes, dois-terços eram de africanos (DUBOIS, 2009; FICK, 2004a; JAMES, 2016; MOREAU DE SAINT-MÉRY, 1875, p. 26). Tamanho descompasso entre brancos e negros era comum entre as colônias antilhanas no Setecentos. O que diferenciou Saint Domingue foi a quantidade de afrodescendentes livres que compunha o corpo social. Na véspera da Revolução Haitiana, eles totalizavam 28.000 pessoas, quase o mesmo número de brancos que habitavam na colônia, 30.000. Era uma camada social bastante diversa – que agrupava grandes proprietários escravistas até pequenos artesãos – que neste mesmo período possuía uma importância econômica crescente. Por esse mesmo motivo, eles foram alvos de leis segregacionistas (DUBOIS, 2009, FICK, 2004; GARRIGUS, 2006; ROGERS, 2009).

A explicação para o desenvolvimento cafeeiro pré-revolução se dá nos níveis amplos do mundo atlântico e da administração colonial francesa, bem como nos aspectos locais de sua progressão. Juntos, eles explicam a ascensão de Saint-Domingue como a maior produtora de café do mundo ocidental e dão a base para a compreensão de uma fermentação social, política e econômica de Saint-Domingue nas vésperas da revolução. Intencionamos construir as diferentes escalas também na análise da produção cafeeira revolucionária: a escala global desse contexto revolucionário e o papel de Saint-Domingue nesse período; da administração colonial, no caso não mais nas mãos da

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

metrópole, mas nas dos próprios líderes da Revolução; e, por fim, no nível mais pormenorizado das massas de ex-escravos e da produção cafeeira. A seguir abordaremos apenas um esboço inicial dessas questões.

Um rápido olhar para a produção revolucionária

O início da Revolução Francesa, em conjunto com os discursos de liberdade e igualdade, exacerbou as contradições políticas e sociais existentes no espaço colonial e abriu as brechas, em Saint-Domingue, para a emergência de forças revolucionárias que colocariam em xeque a própria legitimidade da metrópole. Primeiro com o grupo de colonos brancos em busca de maior autonomia administrativa, depois com afrodescendentes livres na luta pela igualdade de direitos civis e políticos, e finalmente com a insurreição de escravos. Foi nas planícies do Norte de Saint-Domingue onde a história da rebelião escrava se iniciou, em agosto de 1791. Em apenas algumas semanas, centenas de engenhos e fazendas de café foram acometidas com o objetivo principal de destruir os símbolos materiais do cativeiro. Inúmeras são as descrições de contemporâneos sobre os grandes incêndios nos canaviais ao redor de Cap-Français, que provocaram uma espessa nuvem cinza que se via de longe desta cidade (COULON, 1797; DALMAS, 1814). Rapidamente alastrada na província do Norte, uma insurreição escrava articulada não prevaleceu nas demais regiões da colônia (Oeste e Sul), onde a importância do grupo de negros livres e libertos fez com que o conflito pela igualdade de direitos dominasse nesses locais. Apesar da invasão de algumas fazendas por grupos de afrodescendentes livres e do recrutamento de escravos por estes e brancos adversários, esses confrontos não visavam a destruição direta das *plantations*, haja vista muitos deles serem proprietários de terra. Portanto, a estrutura das unidades produtivas desses locais persistiu (DUBOIS, 2009; FICK, 2004a; GEGGUS, 1982; POPKIN, 2012).

O poder colonial francês, já ameaçado pelos conflitos internos em Saint-Domingue, deteriorou-se com a extensão da guerra europeia entre França, Grã-Bretanha e Espanha em direção ao espaço atlântico. A coroa espanhola, possadora da outra metade da ilha de Hispaniola – Santo Domingo –, começou a financiar diretamente os grupos de escravos rebeldes no Norte, que agora lutavam em nome do rei Bourbon. Ao mesmo

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

tempo, colonos contrários à administração revolucionária francesa apelavam para uma intervenção do governo britânico em Saint-Domingue, temerosos de que o fim da escravidão estivesse próximo. As autoridades francesas na colônia constatavam que era cada vez mais improvável, somente com o apoio de afrodescendentes livres e dos poucos soldados que não haviam sucumbido à guerra ou à febre amarela, acabar com a insurreição dos escravos (apoiada pelos espanhóis) e com a resistência de brancos contrários a igualdade racial, além de impedir uma possível invasão britânica em Saint-Domingue. A saída final encontrada foi a abolição geral da escravidão em 29 de agosto de 1793, a fim de atraí-los a lutar em nome da República (DUBOIS, 2009; FICK, 2000; POPKIN, 2012).

Malgrado prever a extensão da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão aos libertos, o decreto de agosto ordenava um novo regime de trabalho. A compra de armamentos, provisões, vestuário e o pagamento do soldo para manter as tropas exigia um constante fluxo de capital incapaz de ser sustentado pelo governo metropolitano, ele mesmo enfrentando duras guerras no continente europeu. A instauração de uma economia de guerra se voltou, portanto, para a produção de commodities de exportação, responsável pela riqueza da época pré-revolucionária. A manutenção do sistema de *plantation* era primordial para tanto, acompanhada do retorno compulsório dos antigos escravos para as propriedades, porém agora como cultivadores livres que receberiam parte da mercadoria como forma de pagamento (FICK, 2004b; JAMES, 2015; STEIN, 1985).

Pensada inicialmente pelos comissários franceses, a política de reestabelecimento das produções agrícolas se desenvolveu sobretudo sob a autoridade de Toussaint Louverture, o mais conhecido líder negro da Revolução Haitiana. Em nome da defesa da liberdade em um local rodeado de poderes escravistas, a política econômica englobou o sequestro de propriedades sem senhores presentes e a revitalização das principais culturas via arrendamento, em especial para uma nova elite de militares que ascenderam pela revolução. Nas unidades açucareiras e cafeeiras, responsáveis pela riqueza de Saint-Domingue no século XVIII, os ex-escravos eram forçados a trabalhar seis dias por semana sob um rígido controle militar nas mesmas fazendas que antes estavam sujeitos, tendo direito a ¼ da produção como remuneração a ser distribuído de acordo com o cargo e o gênero (FICK, 2000; LACERTE, 1978; STEIN, 1983)

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Desde o início do processo revolucionário na colônia, diversas *plantations* foram abandonadas ou viram o controle sobre a disciplina dos trabalhadores minar vigorosamente. Os principais impactos estiveram nas planícies açucareiras, onde os componentes do sistema produtivo como um todo (edifícios, equipamentos e plantações) foram abatidos pelos escravos insurretos. Este não foi o caso do café. Por um lado, a evasão de cativos para as montanhas desde o início da revolução, bem como a formação de acampamentos rebeldes em locais mais resguardados, interferiu também nas fazendas cafeeiras. Por outro lado, os pés de café não foram diretamente atingidos pelos conflitos armados; inclusive propriedades cafeeiras em diferentes regiões de Saint-Domingue mantiveram a produção. Os arbustos possuíam uma manutenção mais simples e menos rigorosa quando comparada à fabricação do açúcar (GEGGUS, 1993). O processamento do café acontecia sem a exigência de vários equipamentos e alta quantidade de trabalhadores, permitindo a continuação do cultivo mesmo quando parte dos trabalhadores fugia ou equipamentos eram danificados. Afora a maior permanência dos proprietários em suas fazendas – mormente entre os de menores posses – e o maior acesso para o arrendamento dessas fazendas, os grãos foram um dos produtos de troca dos negros revolucionários desde o início da rebelião em 1791. Assim sendo, a flexibilidade de produção dessa mercadoria era conciliável com o ambiente incerto encontrado nas *plantations* naquele momento.

As políticas de recuperação das fazendas, impulsionadas pelos acordos comerciais firmados entre Toussaint Louverture e os Estados Unidos, tiveram máximo êxito em 1801, quando Saint-Domingue retomou 2/3 dos valores de exportação de café no auge de 1790, quando a colônia representava 60% da oferta mundial da mercadoria, frente a uma recuperação de 13% dos valores do açúcar do mesmo período (FICK, 2000; LACERTE, 1978). Ainda que um vácuo de Saint-Domingue tenha impulsionado o aparecimento de novos produtores, como a Jamaica e Cuba, que tiveram produções de café de alguma importância, a colônia francesa ainda era o principal exportador da mercadoria nesses anos. Ao passo que a França estava consumida por guerras no Velho e no Novo Mundo, os Estados Unidos se aproveitaram desse momento para aumentar seu poder econômico no espaço atlântico. A república norte-americana foi a principal importadora de café dos anos revolucionários, chegando a financiar diretamente as tropas de Toussaint em guerras

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

contra adversários na colônia. Com um mercado interno consumidor ainda em desenvolvimento, largas remessas dos grãos eram reexportadas para as praças comerciais europeias, onde ainda se concentravam os principais consumidores (COVO, 2013; MCDONALD, 2005; TOMICH, 2016).

O sucesso da produção cafeeira revolucionária não é explicado apenas pelas políticas econômicas de Louverture, que conseguiram recuperar os parques produtivos, retomar o trabalho dos cultivadores e estabelecer parceiros comerciais. Se por um lado elas foram efetivas com o café, o açúcar mostra uma outra realidade. O retorno rápido de trabalhadores nas *plantations* em nada significou uma recuperação proporcional nas plantações, edificações, equipamentos e animais, pois eram procedimentos que demandavam, acima de tudo, novos investimentos. Largadas ao acaso por anos, pouco poderia ser incrementado ao desenvolvimento produtivo açucareiro na região para além do que continuava disponível (ANOM). Somou-se à situação a resistência ao trabalho servil por parte dos antigos cativos, que limitavam resultados superiores, já que a produção de açúcar exigia uma rígida disciplina de trabalho.

Assim sendo, a produção cafeeira deve ser analisada levando em conta as visões da massa de escravizados sobre o processo revolucionário. Se os líderes da revolução procuravam reerguer a economia de *plantation* como a maneira mais segura de sustentar a guerra em defesa da abolição, para a população escrava em geral a liberdade e os objetivos da revolução não eram concebidos da mesma maneira. E aqui a explicação para o sucesso do café encontra sua maior força. Uma vez livres, eles poderiam exercer seu verdadeiro significado de liberdade, mais complexo do que a saída do cativo. Em sua percepção, a liberdade envolvia uma nova relação com a terra, isto é, ela implicava a posse de uma pequena parcela de terreno a partir do qual viveriam do cultivo de viveres.² Antes da sistematização de políticas para o reerguimento das *plantations*, que começaram a ser efetivamente aplicadas pós 1795, os escravos encontraram diversas formas de tentar satisfazer suas ambições. A ocupação de fazendas abandonadas foi uma delas, onde podiam trabalhar na plantação de alimentos e até mesmo trabalhar em

² Essa concepção veio do período da escravidão, quando os escravos cultivaram suas roças pessoais, as quais representavam uma forma de resistência ao regime imposto pelo sistema de *plantations*. Sidney Mintz conceitua essa ideia como “proto-campesinato”, em que as bases da formação do campesinato se deram ainda sob a escravidão.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

conjunto para se apropriar da produção e vender no mercado interno. A fuga das fazendas e a formação de comunidades *maroons* nas montanhas foi outra saída, facilitada pelo menor controle sobre as fazendas. Em outros casos, onde os proprietários ou seus representantes ainda se encontravam presentes, como foi em vários locais do Oeste e do Sul, os trabalhadores se viam menos impelidos ao trabalho na produção das culturas principais e se davam mais tempo para o cultivo das hortas pessoais; os cultivadores comumente aumentavam o tamanho das roças de subsistência em detrimento da monocultura (FICK, 2004a e 2004b; JAMES, 2016)

Desde o instante em que os recém-emancipados eram impelidos a voltar para as plantações, vários deles para as exatas unidades em que haviam vivido no regime escravista, eles perceberam que esta liberdade limitada à economia de *plantations* não era tão divergente da situação anterior da escravidão (FICK, 2000; LACERTE, 1978; STEIN; 1983). Além da mesma rotina de trabalho, os rendimentos das fazendas tinham grandes chances de não chegar as suas mãos. Sem embargo, os ex-cativos encontraram meios de firmar sua autodeterminação de liberdade. Em alguns locais, os cultivadores escolheram trabalhar apenas cinco dias, mesmo que isto implicasse em remuneração menor. Comumente danificavam equipamentos, utensílios e as culturas e, quando labutavam, era de forma ineficiente. Enfrentavam as ordens de supervisores e frequentemente fugiam, por vezes para se juntar ao exército revolucionário, por vezes para as montanhas como *maroons* (FICK, 2000 e 2004b). No mesmo momento que se ordenava o sistema de arrendamento das propriedades sequestradas, várias delas de café, houve também a locação ou venda de parcelas de fazendas, de mais fácil acesso para grupos de trabalhadores adquirirem em conjunto a fim de laborar como achassem melhor

Todas essas estratégias demonstram a força da população em fazer valer e instituir sua vontade, sua concepção de liberdade, que ia muito além da abolição da escravidão, tal como feita pelos líderes. Elas foram empregadas em níveis e estilos diferentes a depender da localidade, das principais forças no comando e do andamento revolucionário na região. E o que o café tem a ver com tudo isso? Ao passo que a produção de açúcar não poderia funcionar sem o regime rígido de trabalho, com disciplina bem aplicada e ferramentas necessárias, a produção de café possuía uma natureza mais flexível e que se adaptava ao estilo de vida que essas pessoas queriam instituir (GIRAULT, 1981;

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

GONZALEZ, 2019). Os cafezais podiam ser plantados em áreas menores e não exigiam todo o cuidado que os canaviais possuíam. Antes da aplicação real dos regimentos de trabalho, a negligência dos cultivadores não avariou completamente os pés de café, que em certa medida se recuperaram após os trabalhos de limpeza dos arbustos; inclusive a planta dava frutos mesmo com cuidados inconstantes.

Não obstante o processo de “campenização” ainda ser incipiente na época revolucionária – com assentamento apenas nas primeiras décadas do século XIX –, o parcelamento de fazendas para venda e arrendamento começou a ser mais constante nesse momento. Não foi à toa que Louverture, em 1801, proibiu a venda de qualquer terreno menor de 50 *carreaux* (equivalente a 65 hectares), o que tornava o acesso à terra inviável para grande parte da população, sabendo da aspiração destes pelos cultivos de subsistência em detrimento das monoculturas de exportação. Censos das propriedades nos anos da revolução mostram uma redução do tamanho das fazendas, da quantidade de trabalhadores e na área de produção, mesmo quando a recuperação produtiva estava no pico (ANOM). Se a baixa recuperação da fabricação de açúcar demonstra que os trabalhadores estavam dispostos a resistir ao trabalho e principalmente às condições que lhe lembravam a escravidão, a recuperação do café mostra como essa cultura estava em maior conformidade com as pretensões dos antigos escravos em se voltar para os cultivos de subsistência. A alta demanda pela mercadoria no mercado mundial fazia do café um desejo para a classe de proprietários e para o novo grupo de arrendatários, uma fonte de renda extra para aqueles que estabeleceram plantações em pequenos lotes de terra e um trabalho mais suportável para os cultivadores atrelados às fazendas, que davam mais atenção a suas roças pessoais sem impossibilitar a produção. Ao fim e a cabo, a recuperação do café se tornou possível porque em certa medida houve uma acomodação da produção com a luta pela liberdade da massa de ex-escravos, que fizeram do Haiti um país camponês.

Este texto é apenas uma primeira aproximação entre a perspectiva esboçada por Michel-Rolph Trouillot e o objeto de estudo da transformação do sistema de *plantation* em Saint-Domingue durante a Revolução Haitiana, tendo por olhar principal a produção do café. Uma produção que, em primeiro lugar, é entendida em relação a aspectos globais,

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

como as relações de troca e consumo no espaço atlântico; e em relação a aspectos locais, como as políticas de recuperação dos líderes revolucionários, mas principalmente pelos anseios das massas de ex-escravos e suas condições materiais do cotidiano. Adotamos uma unidade de análise mais ampla, mas também que leva em conta as diversas esferas da realidade locais em atuação no processo revolucionário, do econômico ao mental.

Referências bibliográficas

Archives Nationales d’Outre-Mer (ANOM), fundo 5DPPC, 5 SUPSDOM, 1-5.

BERBEL, Marcia, MARQUESE, Rafael & PARRON, Tâmis. *Escravidão e política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.

BIANCHINI, Nicole. *Café e chá na representação visual europeia, 1640-1790*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2021.

BLACKBURN, Robin. *The Making of the New World Slavery: From the Baroque to the Modern, 1492-1800*. New York: Verso, 1998.

CLARENCE-SMITH, William G. & TOPIK, Steven. *The Global Coffee Economy in Africa, Asia, and Latin America, 1500-1989*. New York: Cambridge University Press, 2003.

COULON, Jean-Phillipe Garran de. *Rapport sur les troubles de Saint-Domingue*. 4 vols. Commission des Colonies. Paris: Imp. nationale, 1797-99. 3 vols.

COVO, Manuel. *Commerce, empire et révolutions dans le monde atlantique : La colonie française de Saint-Domingue entre métropole et États-Unis (ca. 1778 – ca. 1804)*. Tese (Doutorado em História) – École doctorale en Sciences Sociales - École de Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2013.

DALMAS, Antoine. *Histoire de la révolution de Saint-Domingue*. 2 vols. Paris: Mame frères, 1814, vol. 1, p. 125.

DUBOIS, Laurent. *Avengers of the New World: The Story of the Haitian Revolution*. London: Harvard University Press, 2004.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

FICK, Carolyn. “Emancipation in Haiti: From plantation labour to peasant proprietorship”. *Slavery & Abolition: A Journal of Slave and Post-Slave Studies*, Vol. 21, No. 2, 2000, pp. 11-40.

FICK, Carolyn (a). *The Making of Haiti: The Saint Domingue Revolution from Below*. 2 ed. Knoxville: The University of Tennessee Press, 2004.

FICK, Carolyn (b). “Para uma (re)definição de liberdade: a Revolução no Haiti e os paradigmas da Liberdade e Igualdade”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, No. 2, 2004, pp. 355-380.

GARRIGUS, John. *Before Haiti: Race and Citizenship in the French Saint-Domingue*. New York: Palgrave Macmillan, 2006

GEGGUS, David. *Slavery, War and Revolution: The British Occupation of Saint-Domingue, 1793-1798*. New York: Clarendon Press, 1982.

GEGGUS, David. “Sugar and Coffee Cultivation in Saint-Domingue and the Shaping of the Slave Labor Force.” In: BERLIN, Ira & MORGAN, Philip (Eds.). *Cultivation and Culture: Labor and the Shaping of the Slave Life in the Americas*. Charlottesville: University Press of Virginia, 1993.

GIRAULT, Christian A. *Le commerce du café en Haïti: habitants, spéculateurs et exportateurs*. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1981.

GONZALEZ, Johnhenry. *Maroon Nation: A History of Revolutionary Haiti*. New Haven: Yale University Press, 2019.

JAMES, Cyril Lionel Robert. *Os jacobinos negros: Toussaint L’Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo, 2015.

LACERTE, Robert. “The Evolution of Land and Labor in the Haitian Revolution, 1791-1820”. *The Americas*, Vol. 34, No. 4, 1978.

MANUEL, Keith Anthony. *Slavery, Coffee, and Family in a Frontier Society: Jérémie and its Hinterland, 1780-1789*. Thesis of Master of Arts. Florida: University of Florida, 2005.

MARQUESE, Rafael. “As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840”. *História (São Paulo)* [online]. Vol.34, No.2, 2015.

MARQUESE, Rafael. *A Tale of Two Coffee Colonies. Environment and Slavery in Suriname and Saint-Domingue, c. 1750-1790* (trabalho em progresso)

MINTZ, Sidney. *Caribbean Transformations*. New York: Columbia University Press, 1989.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

MOREAU DE SAINT-MÉRY, M.J-E. *Description Topographique, Physique, Civile, Politique et Historique de la Partie Françoise de L'Isle de Saint-Domingue*. 2ª edição. Paris: L. Guérin, 1875, 2v.

ROGERS, Dominique. “Raciser la société: un projet administratif pour une société domingoise complexe”. *Journal de la société des américanistes*, Vol. 95, No. 2, 2009, pp. 235-260.

POPKIN, Jeremy. *A concise history of the Haitian revolution*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2012.

STEIN, Robert. “Revolution, Land Reform, and Plantation Discipline in Saint-Domingue”. *Revista de Historia de Américas*, No. 96, 1983, pp. 173-186

STEIN, Robert. “The Abolition of Slavery in the North, West, and South of Saint Domingue”. *The Americas*, Vol. 41, No. 3, Jan., 1985, pp. 47-55.

TOMICH, Dale. *Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830–1848*. 2 ed. Albany: State University of New York Press, 2016.

TROUILLOT, Michel-Ralph. “Motion in the system: coffee, color, and slavery in the eighteenth-century Saint-Domingue”. *Fernand Braudel Center (Review)*, Vol. 5, No. 3, 1982, pp. 331-388.